



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 122

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 122

100ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Requerimentos 03

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente::

Dep. Barbosa Neto 08

Dep. Neivo Beraldin 08

Dep. José Domingos Scarpellini 12

Grande Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 10

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto 14

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 15

Discussão / Votação:

Redação Final (PECs) 15

2ª Discussão (PEC) 16

Requerimentos 18

Encerramento da Sessão 19

Transcrição 19

Publicações:

Atas de Comissões

Obras Públ., Transp. e Com. 19

DIÁRIO Nº 122

100ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

15ª LEGISLATURA

ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

07 DE NOVEMBRO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Natálio Stica e Ailton Araújo.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni,

Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior e Waldir Leite (07).

Em licença médica os Srs. Deputados: Luiz Fernandes da Silva Litro e Marcos Isfer (02).

Em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Abertura da Sessão:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2365

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 086/05, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, tendo em vista que, segundo informações do Setor de Utilidade Pública da Diretoria Legislativa, estão sendo completadas as devidas documentações exigidas pela Lei nº 6994/78.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 2374

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, comunica que esteve ausente dos trabalhos legislativos desta Casa de Leis, no último dia 01 de novembro de 2006, onde participou, representando a Comissão da Agricultura desta Casa de Leis, de evento organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no município de Francisco Beltrão.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2355

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento da pioneira paranaense Sra. Ida Axelrud, esposa do empresário Marcos Axelrud, do ramo imobiliário, ocorrido no último dia 06 de novembro, na cidade de São Paulo.

Esta Casa lamenta profundamente o passamento da Sra. Ida Axelrud, e une-se a comunidade judaica de Curitiba, nas manifestações de solidariedade e encaminha à família enlutada, os sinceros votos de pesar.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 2364

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Pavin, pelo falecimento do Sr. Jackson Luis Pavin, ocorrido no dia 05 de novembro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família Pavin, através de correspondência a ser encaminhada, à Rua Padre Francisco Bonato, 757 - Centro - Colombo-PR; CEP: 83.414-170.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2368

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Heroína Cordeiro Assunção, mais conhecida como “Dona Lina”, aos 82 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2369

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hélio Myszkovski, aos 58 anos de idade, nesta Capital.

O Sr. Hélio era proprietário da Imobiliária H.M. Imóveis, muito querido e admirado por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2353

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja enviado voto de congratulações à Sra. Winifred Ethel Netto, conhecida como Vó Winnie, nascida em 02 de novembro de 1906, na Ilha de Santa Helena, ao Sul do Oceano Atlântico, bem como a expedição do Diploma de Honra ao Mérito.

Num navio que aportou na Ilha de Santa Helena veio o brasileiro Odwaldo Bueno. O mesmo compareceu a um baile na ilha e nesse dia conheceu Winifred. Conhecera-se e em poucos dias estavam casados. Após uma semana de lua-de-mel o navio zarpou levando Odwaldo. O reencontro aconteceu nos Estados Unidos.

Em uma de suas viagens a Colorado, norte do Paraná, onde tinha investimentos em terras, Odwaldo Bueno ouviu por acaso uma conversa sobre uma cidade nova chamada Maringá, que estava sendo aberta. Ele estava em Maringá no dia da abertura das vendas em 10 de maio de 1947. Achando a cidade promissora, escolheu dois lotes na rua principal, perto do local onde se instalariam as Casas Pernambucanas.

No caminho, rumo à nova moradia, Winnie e Odwaldo pararam em São Paulo, onde compraram um projetor e equipamentos para o cinema que pretendiam montar em Maringá.

A família chegou a Maringá em 14 de dezembro de 1947. O cinema da família era o único gênero, construído onde estão as lojas Riachuelo, na Av. Brasil. Foi inaugurado na praça hoje denominada Napoleão Moreira da Silva, com piso de chão, paredes de apenas um metro de altura, sem telhado. As sessões começavam assim que o dia escurecia. Muitos levavam guarda-chuva para garantir a sessão até o fim, quando chovia.

Uma das melhores lembranças das pessoas que estavam em Maringá naquela época é a da inauguração do Cine Maringá.

A Vó Winnie é pioneira de Maringá e viveu esse período intenso de transformação do Paraná na companhia do marido já falecido.

Mulher forte, reuniu no dia 02 de novembro, em Maringá, familiares que residem no Brasil e em diversos países, para a comemoração dos seus 100 anos. A programação aconteceu em três dias e mesmo com o peso dos 100 anos, Vó Winnie participou de todas as atividades.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2370

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Sra. Maria do Carmo Taborda Ribas Riekes, Diretora da Escola Estadual Aline Picheth - E. F., pelos cinquenta anos de fundação dessa escola.

O início das atividades pedagógicas ocorreu em 06 de julho de 1956 com o nome de Grupo Escolar Ahú de Baixo, e era situado defronte à Penitenciária do Ahú. Mais tarde, foi transferida para a sua sede à Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, com nova denominação de Aline Picheth, em homenagem à grande educadora da época, que lecionou e foi Diretora de escolas públicas do Paraná por mais de cinquenta anos.

Logo após aposentar-se de suas atividades nesta Escola, faleceu no ano de 1957, deixando um grande legado à comunidade, o qual é respeitado até hoje. A Escola mantém um alto nível de qualidade de ensino, com ordem e disciplina, sempre cultuando o civismo e aplicando corretamente os Projetos de Educação do Governo, tais como: Proerd da Polícia Militar; parceria com a Patrulha Escolar; parceria com o Hospital de Clínicas para acompanhamento e tratamento de crianças que apresentam problemas de aprendizagem; incentivo à artes, cultura e esportes, como a Feira do Conhecimento, Fera, Jogos Colegiais; festas tradicionais e folclóricas.

Acolhe todas as crianças da comunidade, porém tem muitos alunos originários de famílias tradicionais do bairro do Ahú, e outras que migraram em virtude da instalação de diversos órgãos públicos, dos Três Poderes, nas proximidades da escola. As atividades educacionais desenvolvidas pela escola são permanentes e envolventes, contribuindo para a formação e preparação de nossas crianças em cidadãos conscientes, cumpridores de suas obrigações com responsabilidade, dignidade e respeito, sabedores de seus direitos e deveres, na busca de uma melhor qualidade de vida para o nosso povo. Sentimo-nos orgulhosos em homenagear a Sra. Maria do Carmo Taborda Ribas Riekes, Diretora da Escola Estadual Aline Picheth, pelo dignificante trabalho que vem desenvolvendo nessa instituição de ensino, bem como ao corpo docente e discente, funcionários, pais e todos que, de alguma forma, contribuem para o desenvolvimento das atividades. Sentimo-nos orgulhosos em prestar essa homenagem através deste voto de louvor que se faz meritório. Registramos nossos melhores cumprimentos, e, em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, auguramos-lhes votos de muitas realizações e sucesso.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2356

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. José Luiz Lago, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2357

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e

reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Orlando Scandelari, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2358

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Carlos Alberto Werner, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2359

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Walter Cavazzani, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Devanir Martins da Costa, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à Comunidade e - como tal encaminhado ao Sr. Ari Carneiro Filho, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2362

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Oscar Branco, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao professor René Ariel Dotti, paranaense, de Curitiba, professor titular de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná, além de professor de Direito Processual Penal no curso de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, pelos 45 anos de suas atividades profissionais.

Sua nobre vocação para o magistério tem garantido ao professor René Dotti a admiração e o reconhecimento de todo o meio acadêmico jurídico, nacional e internacional. Advogado militante, vem desenvolvendo brilhantemente, ao longo destes 45 anos, suas atividades no meio jurídico, seja perante o Poder Judiciário, ou extrajudicialmente, no assessoramento e orientação de cidadãos comuns ou de entes públicos. Cidadão acima de qualquer suspeita, homem honrado, de caráter ilibado. Jurista de notório e incontestável reconhecimento no mundo jurídico, é também autor de nove livros sobre o Direito Penal.

Merece o professor René Ariel Dotti, o reconhecimento deste Poder Legislativo pelos seus 45 anos de atividade profissional, através do presente voto de louvor e congratulações.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2354

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa,

REQUER à Mesa, seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Wallbach Tizzot; ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Luiz Dernizo Caron, solicitando dos mesmos a realização de projetos para a execução de asfalto, rede de escoamento de águas pluviais, passeio para pedestres e rede de iluminação pública na via principal do Distrito Vale Azul, no município de Sarandi.

O Distrito Vale Azul, no município de Sarandi, foi fundado por volta de 1963, destinado a chácaras de lazer. O Distrito está localizado na área urbana do município.

Muitos imóveis situados naquela região são destinados à agricultura. A falta de infra-estrutura impõe sérias dificuldades aos moradores da região.

A falta de asfalto impede também a regularidade do transporte coletivo no local. Só existem três horários, pela manhã, na hora do almoço e no final da tarde.

Os alunos que estudam na escola daquele local sofrem em dias de chuva com o barro e nos dias de sol com a poeira.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2372

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Presidente da Copel, Dr. Rubens Ghilardi, informar, relativamente à UEG - Araucária, o que segue:

1 - A usina está efetivamente parada, desde 31 de outubro último, em razão de suspensão do fornecimento de gás pela Petrobras?

2 - O que motivou a interrupção do fornecimento do combustível pela Petrobras?

3 - O Estado (Copel) deixou de pagar alguma parcela devida à Petrobras, pelo gás fornecido à UEG? Em caso positivo, qual o montante cobrado pela fornecedora?

4 - Houve rompimento do contrato com a Petrobras, por parte do Estado (Copel), motivando a interrupção do fornecimento de gás?

5 - O Estado (Copel) pagou a Petrobras multa contratual em razão do rompimento do contrato? Qual o valor da multa? Quanto já foi pago e qual o saldo devido?

6 - Quanto custa para o Estado (Copel) a manutenção da usina parada? E quanto deixa de ganhar pelo seu não funcionamento? Informar os montantes diários e mensais.

7 - Anexar cópia integral do contrato de fornecimento de gás firmado com a Petrobras.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, BARBOSA NETO, ELIO RUSCH e VALDIR ROSSINI.

REQUERIMENTO Nº 2371

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a convocação do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Exmo. Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, para comparecer a esta Assembléia Legislativa a fim de dar explicações sobre as autorizações ambientais para a construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, no Rio Tibagi.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(aa) TADEU VENERI, BARBOSA NETO e NEIVO BERALDIN.

Apoioamento:

Valdir Rossoni.

REQUERIMENTO Nº 2363

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o artigo "O futuro passa pelo rio Tibagi", publicado na Coluna Espaço Aberto do jornal Folha de Londrina, distribuído no dia 06/11/2006, de autoria de Paulo Henrique Martinez, Professor e Coordenador do Laboratório de História e Meio Ambiente do Departamento de História da Unesp - Universidade Estadual Paulista - em Assis, Estado de São Paulo.

Requer ainda que seja dada a ciência ao autor do artigo, da decisão do Plenário desta Casa de Leis

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 518/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Coletivo das Águas, com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

O projeto do Instituto Coletivo das Águas, localizado na Travessa Caviúna, 133, bairro Eucaliptos, no município de Fazenda Rio Grande, Paraná, inscrito no CNPJ nº 05.929.376/0001-07, tem por finalidade principal e norteadora a defesa da vida plena do ser humano, pois com uma degradação do meio ambiente: desmatamento das margens dos rios, córregos e nascentes de

água, assoreamento dos rios, esgoto industrial e doméstico desaguando nos rios sem nenhum tratamento prévio, aterros sanitários em locais inapropriados, contaminação dos rios por agrotóxicos, metais pesados, exploração de areia, etc., bem como proteger o ser humano e seus direitos políticos e civis contra a exploração financeira e predatória do meio ambiente, do patrimônio artístico, estético, turístico, paisagístico e cultural, denunciar toda e qualquer tentativa de agressão contra rios, córregos, nascentes de água, fauna e flora.

A aprovação do referido projeto facilitará esta entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do poder público estadual.

PROJETO DE LEI Nº 519/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Comunidade Vida de Guarapuava, com sede e foro no município de Guarapuava, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Comunidade Vida de Guarapuava é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e promocional.

Instituída em 02 de dezembro de 2001, tem por finalidade desenvolver atividades e programas de cunho cultural, assistencial, esportivo ou educacional, que envolvam seus associados ou a comunidade em geral.

Além de atividades de ordem social de arrecadação de alimentos e peças de vestuário, tem incluído projetos em parcerias com entidades públicas e privadas para atender famílias carentes.

Em parceria com a Faculdade Campo Real de Guarapuava, foram realizadas com profissionais da área jurídica, orientações sobre pensão alimentícia, FGTS, revisão de aposentadoria, divórcios e demais assuntos de interesse da comunidade.

Com o Sebrae, foram realizadas palestras e consultas na área de empreendedorismo; o Cebrac (órgão privado que administra cursos profissionalizantes) fez palestras sobre Marketing Pessoal; junto com a prefeitura municipal foi realizado o curso Saúde da Mulher, abordando assuntos como os cuidados dos recém nascidos, prevenção do câncer de mama, controle de natalidade e mortalidade infantil e técnicas para a saúde do bebê; foram realizados cursos de corte e costura, bordado e crochê com senhoras da comunidade.

O projeto Paitrocínio, que visa aproximar e dar oportunidade à criança carente de ter melhores condições de aprendizado, proporcionou a dez crianças matrículas

na Escola Ágape - Educação Infantil de Ensino Fundamental, oferecendo materiais, uniformes, lanches e transporte escolar; e o fornecimento de uma cesta básica para cada família que tem o aluno na instituição de ensino.

Visando a continuidade desses e de outros projetos realizados pela associação, e buscando reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa instituição a favor da comunidade, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação dos nobres pares a esta proposta de lei.

Pequeno Expediente

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Pequeno Expediente: com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A minha esperança é o Poder Judiciário reparar o equívoco que o recente leilão para a construção da usina hidrelétrica de Mauá, ao longo do Rio Tibagi, possa ser cometido contra a nossa fauna, a nossa flora, contra a vida humana e mais especificamente contra o futuro do Estado do Paraná, que terá um prejuízo muito grande, com certeza, se essa sanção for realmente concretizada. Depositamos a nossa esperança em Deus, acima de tudo e, abaixo dele na Justiça, porque até aqui o Ministério Público Federal conseguiu nos amparar!

Às vésperas da eleição, infelizmente perdemos o direito e a liminar que impedia a construção dessas usinas através do leilão feito pela Copel em consórcio com algumas empresas, acabou sendo, lamentavelmente, concretizado.

Por isso, nos últimos dias que ainda ocupo uma cadeira como Deputado Estadual nesta Casa, volto a subir à tribuna, nesta tarde, para insistir mais uma vez neste ponto, para evitar que se cometa uma loucura dessas de construir usinas hidrelétricas ao longo de um rio tão importante, um dos poucos rios virgens do Paraná, que é o Rio Tibagi.

Estamos conclamando a sociedade civil organizada, não só as entidades ambientais mas principalmente os jovens, que são o futuro desse País, para que os estudantes possam se organizar para impedir a construção das barragens ao longo do Rio Tibagi. Não podemos conceber que isso seja cometido contra o Estado do Paraná!

Os empreiteiros, os industriais, aqueles que vão lucrar com isso, as indústrias de cimento, as construtoras e um pouco até o Estado do Paraná com a Copel, porque apenas cinquenta, cem pessoas, no máximo, vão trabalhar depois que esta usina estiver concluída. Lamentavelmente não conseguiram enxergar o tamanho da estupidez que estão cometendo! A reeleição do atual Governador deu sobrevida para este projeto, onde não foi observado o impacto ambiental, não foi respeitado o Instituto Brasi-

leiro do Meio Ambiente, o Ibama, passou por várias etapas com laudos forjados, com relatórios de impacto ambiental precários. Não podemos permitir que o lucro rápido e fácil desses grupos econômicos possa se sobrepor a um rio que corta mais de seiscentos quilômetros do Estado do Paraná, que terá um impacto na vida de mais de dois milhões de pessoas, tanto das regiões metropolitanas de Ponta Grossa quanto de Londrina! Mas, principalmente, 54 municípios que terão a sua qualidade de água afetada, que terão, infelizmente, que riscar do mapa dezenas de espécies de peixes, que terão que acabar com populações indígenas. E principalmente perderá a agricultura familiar, o turismo, a justiça social, com essa decisão desacertada por parte do Governo de construir barragens ao longo do Rio Tibagi. Nós lamentamos. E daqui alguns anos quando os nossos netos perguntarem onde é que estão as cachoeiras que existiam no Rio Tibagi, os peixes, onde estão aquelas espécies de patos, de bichos, de toda sorte de animais? Qual será a resposta que daremos? Onde estão os índios que moravam aqui?

Esse patrimônio é maior do que qualquer benefício econômico-financeiro imediato que possa ser decorrente dessa construção das usinas. Será possível que ninguém consegue ver o tamanho dessa loucura que está sendo cometida? Nós conseguimos, graças a Deus! Tomara que Ignácio de Loyola Brandão - grande escritor de Araraquara - São Paulo -, que escreveu o celebre livro Não Verás País Nenhum e que previu tudo isso não possa ter razão, porque vamos deixar um País devastado para as próximas gerações.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Tendo em vista o pronunciamento do Deputado Barbosa Neto, solicito cópia da manifestação da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa sobre esta questão, porque nada poderia andar sem que a Assembleia Legislativa se manifestasse através da Comissão de Meio Ambiente.

Então, requeiro Ata da reunião que deliberou pela autorização da construção dessa usina.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. poderá encaminhar requerimento à Mesa e a Mesa verificará se realmente passou pelas Comissões.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Isso é regimental e constitucional: se eu tenho que fazer por escrito V. Exa. poderia determinar alguém da sua assessoria, porque toda Questão de Ordem tenho que encaminhar por escrito! Então, tenho que ter um assessor aqui do meu lado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Informando apenas ao Deputado Neivo Beraldin e ao Deputado Tadeu Veneri sabe disso, o Deputado Elton Welter creio que participou juntamente com a Deputada

Luciana Rafagnin de uma reunião que tivemos da Comissão justamente tratando desses pontos - só que infelizmente não sabemos o resultado do trabalho. Mas acho que é oportuna a cobrança do experiente Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Tem que ter sido autorizado pela Comissão de Meio Ambiente.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Apenas uma sugestão ao Deputado Barbosa Neto: já que temos todos esses pontos contraditórios, que se faça um convite para que o Presidente do IAP venha até a Assembleia Legislativa e que possamos definitivamente tirar as dúvidas que pairam sobre esse assunto, porque ele é extremamente relevante.

Então, acho que o Deputado Barbosa Neto, junto com os demais Deputados, poderiam fazer uma solicitação para que o atual Presidente do IAP pudesse vir a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa quer registrar e dar as boas vindas ao Presidente do Instituto Coletivo das Águas no Município de Fazenda Rio Grande, o Sr. Luiz Marcos Padilha dos Santos.

Esta Casa dá as boas vindas.

Próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Consulto V. Exa. se fará uso também do Grande Expediente.

(Assentimento)

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aguardo do Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, Deputado Francisco Bühner, essa manifestação, para que possa se reportar à Assembleia Legislativa sobre a atitude e o que é que levou a Comissão de Meio Ambiente autorizar o andamento do processo para construção da usina.

Faço isso também, Sr. Presidente, para que fique mais uma vez consignado nos Anais da Casa, que este Poder precisa ser exercido na plenitude.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho à tribuna nesta tarde para fazer uma constatação de um trabalho que realizamos sobre a questão da gestão da FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná, maior entidade empresarial do nosso Estado.

(Lê):

“Venho a esta tribuna hoje, para manifestar minha profunda indignação com os fatos que estão ocorrendo na Federação das Indústrias do Estado do Paraná e suas entidades vinculadas: Instituto Euvaldo Lodi, Serviço Social

da Indústria, o Sesi, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Senai, ambos com atuação e abrangência no Estado do Paraná.

Como já foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação do Paraná, uma denúncia de má gestão do dinheiro do contribuinte nas contas relativas ao exercício de 2002 e 2003, na Federação das Indústrias do Estado do Paraná foi parar no eficiente e vigilante Tribunal de Contas da União, que de pronto determinou diligências à Secretaria de Controle Externo, Escritório do Paraná.

A Secretaria de Controle Externo por sua vez, em exaustivo e muitas vezes obstruído trabalho, identificou as tais irregularidades na gestão de 2002 e 2003 e passem, Sras. e Srs. Deputados, identificou também irregularidades na gestão do atual Presidente, o Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures, até então o mentor das denúncias junto ao Tribunal de Contas da União.

Seria de se supor que empossado no cargo de Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Presidente do Instituto Euvaldo Lodi e Diretor Regional do Sesi, a partir de primeiro de outubro de 2003, o Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures, implantasse uma política de saneamento nas instituições sob sua responsabilidade. Mas o que a Secretaria de Controle Externo identificou é de estarrecer a todos os contribuintes desse Estado.

Senhoras e Senhores, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná é a maior entidade empresarial do nosso Estado. Foi criada em agosto de 1944 com o objetivo de coordenação, proteção e representação legal de diversas categorias econômicas da indústria, visando promover a defesa de seus legítimos interesses.

A FIEP é mantida e administrada pela indústria paranaense. A FIEP administra as demais entidades do Sistema FIEP, formado pela própria FIEP, o Ciep, o Sesi, o Senai e o IEL, de modo a apoiar com serviços a indústria do Paraná. Com mais de sessenta anos de história, tem como objetivo defender os interesses dos empresários industriais do nosso Estado e colaborar para o seu desenvolvimento e fortalecimento nos cenários nacional e mundial.

Para atingir sua missão, a FIEP atua de maneira aberta e participativa por meio de uma estrutura sólida e dinâmica, que dá todo suporte ao empresariado.

São departamentos que disponibilizam vários produtos e serviços nas áreas de Comércio Exterior, Jurídica, Relações Sindicais, Economia, Assuntos Legislativos, Meio Ambiente, entre outras. Conselhos Temáticos e Setoriais desenvolvem importantes debates visando a traçar linhas de atuação da entidade.

Programas de melhorias de gestão, análises e orientação política e econômica, identificação de oportunidades de negócios e outras ações voltadas para o crescimento sustentável da indústria do nosso Estado.

A Presença da FIEP no Paraná

Para estar mais próxima dos diversos segmentos da indústria paranaense, descentralizar suas ações e ter mais

agilidade na implantação dos seus programas, a FIEP conta com 21 coordenadorias nas cidades/regiões-pólo do Paraná e Distrito Federal.

Tem ainda 93 sindicatos filiados, e com eles forma um conjunto de entidades de classe que congrega toda a atividade industrial do Paraná em suas trinta mil indústrias.

Por sua vez, a história do Instituto Euvaldo Lodi é de progresso e desenvolvimento no Estado do Paraná.

O Instituto foi fundado em janeiro de 1969 por pessoas que visualizavam uma integração entre a universidade e a indústria, unindo inteligências acadêmicas e produtivas, entidade civil, sem fins lucrativos, vinculada à Confederação Nacional da Indústria - CNI.

A proposta do IEL, inovadora e avançada, teve também o mérito de contemplar um círculo no Sistema da Confederação Nacional da Indústria, pois esta entidade passou a atuar junto aos dirigentes empresariais, complementando a obra do Senai e do Sesi, voltados basicamente para o atendimento dos trabalhadores da indústria. No Paraná, o IEL foi formalmente criado em 21 de agosto de 1969 e hoje faz parte de uma rede nacional de IEL, vinculados às Federações de Indústrias: um verdadeiro tesouro institucional em um país diverso, continental e federativo como o Brasil.

O nome dessa instituição foi uma homenagem a Euvaldo Lodi, mineiro, engenheiro civil, empresário e político, um dos fundadores da CNI e seu primeiro presidente. Tanto a FIEP, como o IEL tem estrutura invejável, comparada às grandes corporações, e que hoje vê o seu nome colocado nas páginas de investigação por má gestão do dinheiro dos empresários, dos milhares e milhares de associados trabalhadores da indústria, do comércio e de serviços.

Para citar alguns exemplos, vou ler trechos das constatações apontadas pelo Tribunal de Contas da União, através da Secretaria de Controle Externo referente à gestão de recursos pelo Instituto Euvaldo Lodi, que também é presidido pelo Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures:

a. Depósito em conta-corrente do Sr. Henrique Ricardo dos Santos, no valor de R\$ 8.668,00, no dia 23 de dezembro de 2003, amparado por documentos inidôneos, supostamente relacionados à prestação de serviços de consultoria, conforme nota fiscal nº 000019 emitida por Maria Ceres Urtiga Queiroga, firma individual com sede em João Pessoa, na Paraíba. Atualmente o Sr. Henrique Ricardo dos Santos exerce a função de Coordenador - Diretor do Centro de Negócios Internacionais da FIEP. É importante ressaltar que a referida empresa tem como atividade o ramo de Danceterias, como comprova o sugestivo nome fantasia "Café 33".

b. Repasse ao Citpar nos valores de R\$ 60.000,00, em duas parcelas, a título de apoio aos parques tecnológicos regionais, sem qualquer comprovação das despesas realizadas, além da absoluta falta de relação com as atividades institucionais do Sesi, como comprova o próprio

contrato assinado pelo Instituto Euvaldo Lodi Nacional e o IEL Paraná, que faz referências ao Sistema Sebrae como principal interessado no projeto.

c. Repasse ao Instituto Paraná Desenvolvimento - IPD - a título de aporte de recursos financeiros para a Conferência Internacional junto ao projeto BAWB, realizado no período de 23 a 25 de novembro de 2003, no valor de R\$ 265.000,00, portanto já na gestão do Presidente Rodrigo Rocha Loures, sem qualquer relação com a missão institucional do Sesi, além da ausência de qualquer comprovação de despesas. O Instituto Paraná Desenvolvimento também é dirigido pelo Sr. Rodrigo da Rocha Loures.

d. Saque em dinheiro, no valor de R\$ 9.742,00, no dia da posse do Sr. Rodrigo da Rocha Loures, conforme recibo assinado pelo Sr. Ubiratan de Lara, então Superintendente do IEL, relacionados a despesas diversas sem qualquer comprovação.

e. Retirada em dinheiro no valor de R\$ 96.303,00, em 18 de dezembro de 2003, autorizada pela Sra. Helena Gid Abage, então Diretora-Superintendente-Adjunta, do IEL, cujo destino seria o pagamento de faturas do Citpar, a título de apoio a parques tecnológicos regionais, atividade sem qualquer relação com a missão institucional do Sesi-Paraná, além da ausência de qualquer comprovação de despesas.

f. Depósito irregular em conta-corrente de Denise Erthal de Almeida, autorizado pela Sra. Helena Gid Abage, então Diretora Superintendente-Adjunta do IEL, no valor de R\$ 43.675,00, referente à concessão de bolsa de estudos, passagens aéreas e hospedagem para suposto Curso de Mestrado na Universidade de Bath, em Londres. A beneficiária do depósito não tinha, na época qualquer relação com o Sesi/Paraná.

g. Pagamento irregular de passagens aéreas para o Canadá, no valor de R\$ 9.881,00, em nome de Domingos Portilho Filho e de Dídio Costa Rocha Loures, irmão do Sr. Rodrigo Costa Rocha Loures, Diretor Regional do Sesi e Presidente da FIEP. O Sr. Dídio Rocha Loures é Diretor da EPI Consultoria e Planejamento, e teve a despesa coberta sem qualquer relação com a missão institucional do Sesi.

h. Pagamento de Inscrição em Programa Gestão Estratégica para Dirigentes Empresariais realizado de 14 a 20 de novembro de 2004, em Fontainebleau, França, para Luiz Henrique Weber, proprietário da LWL Comunicação Ltda., no valor de R\$ 18.379,00, além de passagens aéreas no valor de R\$ 2.652,00.

i. Pagamento de ajuda de custo para viagem à Nova Iorque, Estados Unidos, em 30 de dezembro de 2004, para a Sra. Ilma Barros dos Santos, no valor de R\$ 6.000,00, sem comprovação de despesas ou justificativa para pagamento.

j. Pagamento de ajuda de custo para viagem à Londres, em 30 de dezembro de 2004, para o Sr. Marcos Mueller Schlemm, Diretor-Superintendente do Sesi, no

valor de R\$ 8.000,00, sem comprovação de despesas ou justificativa para o pagamento.

Além dessas irregularidades, há diversas outras citadas na representação-denúncia da Secretaria de Controle Externo ao Tribunal de Contas da União, totalizando em R\$ 5.057.000,00, no exercício de 2003, e R\$ 12.852.926,55, no exercício de 2004, apontados como "Índícios de Irregularidades", pela Secretaria.

Diante de tais e graves constatações de irregularidades, decidi o Tribunal de Contas da União, através da Secretaria de Controle Externo do Paraná, intervir na realização de novos convênios de repasse de recursos entre o Sesi e do Senai/Paraná ao Instituto Euvaldo Lodi. Determinou também a apresentação de cópia dos novos instrumentos de convênio à análise da Secretaria de Controle Externo do Paraná".

Passa a usar o Horário do Grande Expediente

Sras. e Srs. Deputados, procuro dizer que o pronunciamento que faço aqui nessa tarde, é baseado em documentos obtidos junto ao Tribunal de Contas da União, tendo em vista que a Comissão de Fiscalização e Controle da Casa, fez a solicitação. E o Tribunal de Contas da União, entendendo que a Comissão tem os seus deveres garantidos na Constituição, forneceram tais documentos.

Agora, eu queria me reportar ainda, a uma dívida que a Nutrimental tinha no Banco do Estado do Paraná e que esta dívida foi parar na Carteira de Fomento do Paraná.

Gostaria de solicitar cópia, Sr. Presidente, do acordo realizado entre a Carteira de Fomento do Paraná e a Nutrimental, tendo em vista que houve, segundo notícias, uma espécie de acordo que não está contemplado dentro da lei vigente, na questão de carência, possivelmente dispensa de juros, enfim, uma série de irregularidades que vieram até meu conhecimento. E gostaria muito de ter tempo, evidentemente, para poder concluir este trabalho.

No entanto, tenho procurado trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, trabalho realizado pela nossa equipe técnica e que sirvam como reflexão para a próxima legislatura, que evidentemente deve ser ainda mais rica do que esta, porque a população do Estado precisa que a nossa atuação seja muito fiscalizadora.

Concedo aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

A pergunta que faço a V. Exa. é a seguinte: diante destas colocações que o senhor faz, no seu entendimento há irregularidades neste processo e se há medidas, quais as medidas que estão sendo tomadas a nível de Ministério Público, inclusive não aqui no Estado do Paraná, porque afinal de contas o Sistema "S" não responde ao Estado, o Sistema "S" responde ao Tribunal de Contas da União,

mas não entrando no mérito da empresa à qual o senhor se referiu, porque acho que é uma outra situação, mas principalmente com relação aos recursos que o senhor diz que estão neste relatório e que foram constatados aportes feitos sem a devida destinação; se há alguma medida tomada pelo Ministério Público Federal?

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Deputado Tadeu, eu não tenho este conhecimento. Eu sei que o Tribunal de Contas da União passou a tomar maiores cuidados com o sistema e está acompanhando, certamente, com mais rigor, porque o relatado aqui é fruto de uma análise documental oriunda do Tribunal de Contas da União. Presume-se que o Tribunal de Contas da União tenha remetido ao Ministério Público Federal e tenha tomado suas providências.

Agora, quando venho relatar esta análise documental do Tribunal de Contas da União e quando sobretudo versa sobre a Fipe e suas coligadas, eu o faço movido pela importância que tem a Federação das Indústrias e suas coligadas para a indústria do Paraná, para o desenvolvimento do Estado e para reflexão da sociedade política, para que possamos entender melhor. Inclusive, farei um cópia agora, para todos os Deputados. E cada um que quiser ter acesso aos documentos analisados pela Comissão, eles estão à disposição no nosso gabinete para análise individual ou como queiram.

O Sr. Antônio Anibelli (PMDB)

Cheguei um pouco atrasado e V. Exa. já estava na tribuna. Só o ouvi mencionar o nome do Rodrigo Rocha Loures, o atual Presidente da Federação das Indústrias. V. Exa. não fez referência ao ex-Presidente, José Carlos Gomes de Carvalho, que era suplente do Senador Osmar Dias - e que não é mais, em virtude do falecimento - porque pesa sobre a família de José Carlos Gomes de Carvalho restrições muito maiores do que as que V. Exa. está se referindo.

Acho que deve ser uma bola de neve que vem de muito tempo, então não poderíamos pegar de 2003, 2004 - se não me falha a memória que V. Exa. fala, - teríamos que fazer uma análise desde a gestão José Carlos Gomes de Carvalho, suplente do Senador Osmar Dias, falecido há três, quatro, cinco anos, e que deu ocasião a sucessão de Rodrigo Rocha Loures, para que analisássemos o furo - e diz que existe um furo na FIEP que não é furo, é um buraco, que não deve ser negro - porque se o Tribunal de Contas da União - se fosse o nosso Tribunal poderia alguém botar dúvida, o Tribunal merece da minha parte confiança absoluta, o nosso Tribunal de Contas do Estado, como o Tribunal de Contas de União que é, na sua maioria, dirigido por membros, quase todos oriundos do Senado da República e da Câmara dos Deputados, de ex-Parlamentares de tradição no Brasil inteiro e tradição política, de vida limpa, de vida que serve de exemplo à maioria dos governantes brasileiros e para esse Brasil.

Então, acho que seria de bom alvitre de V. Exa. ou nosso, se fôssemos analisar de uma parte para cá, que analisássemos toda, para vermos aonde que está esse buraco. Acho que é um vulcão que entrou em erupção agora, pena que agora é fim de ano, estamos aí a menos de 35 dias do término das nossas Sessões Legislativas.

Mas não é só na FIEP, são em vários órgãos do Estado, da Federação, de coisas! V. Exa. ontem falava no Tribunal de Contas, a partir de agora não se pode mais fazer construção de luxo, mas e aquilo que discutimos ontem, será que o luxo só vem vindo de agora para frente, ou para “trasmente”, como se dizia antigamente, não vale? Quer dizer, será que os erros cometidos no passado não servem para corrigirmos o futuro?

Então, V. Exa. cada vez que vem à tribuna eu lhe cumprimento pelos assuntos levantados, assuntos de interesse, que as vezes, passaram-se as eleições e todo mundo esquece. Acho que nós temos que cutucar a ferida para fazer vazar o que não presta, o pus que está escondido. Não só na FIEP, no Governo do Estado, no ex-Governo, ou na Federação Brasileira; são coisas que temos que passar à limpo, a história à limpo porque senão seremos considerados, ao longo da história, como incompetentes, relapsos, que escondemos a poeira em baixo do tapete; e com o nosso Presidente que quer governar, precisamos limpar tudo isso e jogar fora da sala, do tapete, mesa, cadeira, escrivaninha, talvez mudar tudo. Um dia talvez, eu e V. Exa. talvez não consigamos, não somos mais crianças, já temos cabelos brancos, mas os nossos filhos, os nossos netos, pela história que temos e pela tradição talvez tenham as condições de ver ainda, se Deus quiser!

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Exatamente pensando nos nossos filhos, nossos netos, é que faço questão de registrar nos Anais da história, que por aqui passou um Deputado preocupado, preocupado não só com o sistema que funciona hoje no Brasil, que infelizmente é apenas o sistema capitalista, se esquece a questão social, a questão ambiental, se preocupa muito na questão do capitalismo.

Mas, Deputado Anibelli, um erro não justifica o outro. O fato é que a Comissão de Fiscalização, por ter lido na imprensa denúncias graves de interesse da sociedade paranaense, requisitou os documentos daquela reportagem, e que versou 2002, 2003, 2004. Então, para que tenhamos uma idéia de que lá também tem problemas, certo?

Para que tenhamos uma idéia mais clara de como as coisas acontecem, é preciso relatar. Até porque eu, como homem público, não posso prevaricar. Tendo a informação em mãos tenho que revelá-la, sob pena de crime de responsabilidade. Então, é assim que nós fazemos, sem nenhum interesse de macular esta ou aquela pessoa, simplesmente relatando os fatos.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só queria indagar a V. Exa., que está neste momento ocupando a tribuna, pois não prestei muita atenção, já que estava atendendo a um outro projeto aqui: V. Exa. falou em Tribunal. É de Contas do Estado ou de Contas da União?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

É o da União.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Estou de posse desse dossiê que V. Exa. apresenta na tribuna, e chamou-me a atenção uma informação que, no meio da denúncia, V. Exa. também trouxe à tona, que é a questão de um acordo da Nutrimental com a Agência de Fomento.

Mesmo como membro da Comissão de Fiscalização, não estive na última reunião, V. Exa. tem uma delegação de todos os membros, gostaria de indagar se já foi solicitada cópia desse acordo para que fosse apresentada à Comissão de Fiscalização que V. Exa. preside?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Na verdade, recebi agora pouco essa informação. Vou fazer esse requerimento para Carteira de Fomento, em nome da Comissão de Fiscalização e Controle, certamente com a anuência dos Srs. Membros, para que a Carteira de Fomento nos remeta cópia das tratativas documentais realizadas com a Nutrimental. Pode ser que se constate que não há irregularidades, mas nós, por dever de ofício, vamos solicitar essa cópia.

Quando tivemos a CPI do Banestado, a totalidade dos membros da CPI pediram o afastamento imediato de todos os diretores da Carteira de Fomento porque, na época, constatou-se que a documentação que lá estava para recebimento das dívidas existentes com o Banestado estava desorganizada e, inclusive, faltando algumas folhas nos processos.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que agradeço a benevolência de V. Exa., por dever de ofício, volto a dizer que a minha questão de ordem formulada há algum tempo a esta Casa, ainda não foi respondida. A imprensa vem me cobrando, e repasso a V. Exa. por não ter sido atendido pela Mesa Diretora da Casa. Informo à imprensa que não tenho como fornecer os ausentes por mais de dez ou vinte sessões nesta legislação, sobretudo de agosto até aqui, porque a Mesa não me ofereceu essa oportunidade.

Era isso que queria dizer. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas:

Estava ouvindo o pronunciamento do Deputado Neivo Beraldin, e me perguntava a minha oitiva ao que ele disse, ao que disse o Deputado Barbosa Neto, ao aparte do Deputado Anibelli, e estava imaginando que nós temos dois Deputados aqui no Parlamento que foram julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral: um deles com um processo que envolve uma dentadura, entrega de alguns pequenos brindes; outro Deputado, Geraldo Cartário - que não está aqui, está se recuperando de uma cirurgia na perna - sobre o assunto de uma rádio que colocava umas músicas. E se ouve falar que existiu ou existe uma grande corrupção eleitoral e termina sendo pego o da dentadura e o que oferece um pequeno brinde na rádio.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vimos um verdadeiro massacre eleitoral praticado pelo Governo do Estado do Paraná que, através da máquina administrativa saiu esmagando os candidatos de Oposição. Os candidatos a que me refiro são os Deputados Estaduais, Federais, Senadores e os candidatos ao Governo do Paraná.

Lá no Vale do Ivaí, principalmente na cidade de Apucarana, o chefe do Núcleo de Educação pressionava dos diretores, que pressionavam os professores, que pressionavam os alunos. O Núcleo de Educação com abrangência em todo o Vale do Ivaí, pegando a cidade de Jandaia, Bom Sucesso, Ivaiporã. Aliás, Ivaiporã é outro núcleo onde está lotada como chefe a Sra. Pessuti, irmã do Vice-Governador do Paraná.

A quatro dias das eleições, três diretores foram presos por ordem judicial por uma representação do Promotor Público. O Ministério Público representa e o Juiz vai, em diligência, e prende três diretores de escolas que estavam distribuindo material eleitoral dentro da secretaria dos colégios. São presos, autuados em flagrante, fazendo campanha eleitoral para o Governador que foi reeleito. Isto na cidade de Ivaiporã. Depois, a pedido dos advogados do PMDB foram colocados em liberdade. Mas, o crime eleitoral, o crime político existiu.

Como também em Jandaia do Sul, onde inclusive foi gravado, encaminhei através de uma representação ao Tribunal Regional Eleitoral, o crime praticado em Jandaia do Sul pelo chefe do Núcleo de Educação de Apucarana, que entre outras coisas prometia até abonar as faltas de alunos que já estavam reprovados por faltas.

Está gravado, foi mandado ao Tribunal Regional Eleitoral.

Quer dizer, distribuir uma dentadura é crime. E usar a máquina administrativa dessa maneira não é crime?

Condena-se o Deputado, carimba-se o diploma de impugnado do Deputado eleito, por uma dentadura. E o do Governador, como fica?

A legitimidade do mandato do Governador está sendo questionada. Questiono essa legitimidade e uma grande parte dos paranaenses também porque ela é fruto de um abuso do poder econômico e um abuso da máquina administrativa.

E a escassa massa de votos demonstra que só houve a vitória porque houve o uso abusivo da máquina que beneficiou a candidatura oficial.

O Palácio Iguaçu, Sr. Presidente, nos últimos meses traziam-se as crianças de todas as escolas de Curitiba e da Região Metropolitana, para visitá-lo. Todo mundo que passou pelo Palácio Iguaçu ficou muito amigo de criança, de mãe de criança, de professor e de professora. Adoram crianças em tempo de eleição. Depois, esquecem das crianças, dos jovens e dos adolescentes, que só são lembrados nas manchetes de jornais, quando são assassinados ou quando matam alguém, na prática do crime que ocorre na periferia de Curitiba e da Região Metropolitana, que passou a ser uma das regiões mais violentas do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia. Visitamos essas cadeias públicas e encontramos as cadeias superlotadas, cheias de jovens, de 20, 21, 22 e 23 anos - 85% dos presos que estão nessas cadeias do Paraná são jovens, que lhe foram negadas as oportunidades de trabalho, de educação e de constituição de família, porque na pobreza, na miséria e na ignorância não tem o que se fazer. Estão na pobreza, na miséria e na ignorância e são usados pela máquina administrativa, nos períodos de eleição. Quando tem dez, onze e doze anos pegam os ônibus e trazem para visitar o Palácio, para mostrar o regime democrático de participação real da vida das pessoas, podendo entrar no Palácio do Rei, no caso aqui, no Palácio do Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isto foi usado durante muitos anos pela ditadura militar. Foi usado durante muitos anos pelo homem que levou o mundo à beira do seu caos, Adolf Hitler, que abraçava e sorria para o povo alemão, com a falsa promessa do socialismo nacional, e depois mandava matar aqueles que porventura discordassem das suas propostas e do seu programa de governo. Goebbels, que era o seu homem de propaganda, muito parecido com o Pisseti, que é o Secretário de Publicidade do Governador Roberto Requião, na prática da repetição, o Benedito escreve e o Pisseti divulga. E o rei falou ao seu reinado. A palavra do rei está espalhada pelas nuvens, pelas ondas cartesianas das rádios e pelas páginas dos jornais.

O jornal Hora H, que tem o seu representante, que amanhã, certamente vai colocar que o Deputado não reeleito falou. Mas eu vou falar e vou falar, aqui, da tribuna, como não reeleito e vou continuar falando. Um jornal comprado que recebeu indevidamente dos cofres do Estado mais de 980 mil reais durante um ano, para divulgar o quê do Estado do Paraná? Para divulgar os atos do rei?

Aí, dá-se o dinheiro para o jornal Hora H e aí se bate na Gazeta do Povo. Qual o milagre da multiplicação que existe aí? Por que esse peixe se multiplica? Por que o pão se multiplica?

Não! A corrupção não é dos dois Deputados ou de outros que serão impugnados por um ato ou por um erro qualquer de funcionário ou um formalismo em uma prestação de contas. A corrupção se dá no uso abusivo da máquina administrativa, que discrimina um e favorece outro. Aí está a comprovação do uso da máquina administrativa e vem se falar que o jornal Hora H é um jornal que faz pauta para os outros jornais e por isso, então, merece receber o dinheiro que recebeu. Ora, estou preparando uma Ação Popular para entrar contra o jornal e contra quem liberou o dinheiro para o jornal e quer como Deputado ou quer como cidadão comum - que é um direito que a Constituição me dá - vamos fazer essas ações, sim, porque esse desequilíbrio do poder econômico chegar e matar as candidaturas que nascem e brotam do sentimento do povo terá um dia que acabar neste País!

Ora, ouvi ali o Deputado Neivo Beraldin falando sobre as questões do Rocha Loures junto a FIEP; Vereadores sendo comprados aí no interior por dez mil reais por esses candidatos que meteram a mão no dinheiro do povo e depois saem comprando os Vereadores de uma maneira avassaladora. Chegando e dizendo mais ou menos isso:

“- Olha, temos um esquema e estamos aqui porque queremos representar esse município e o povo dessa região.

- Ah, pois não, o senhor é de onde?

- Sou de Curitiba, sou empresário e sou candidato.

- Ah, o senhor é candidato?

- Pois é! Falaram-me muito bem do senhor e o senhor é Vereador aqui do Distrito, não é?”

Eles gostam muito de mexer com Distrito, mas tinham que parar é no Distrito Policial, essa gente! Dez mil reais para cada Vereador e para suplente bem classificado! É assim que fizeram os votos. Esses não foram pegos na dentadura ou porque a rádio ofereceu uma musiquinha ou porque alguém falou alguma coisa fora daquilo que era permitido falar, mas vão ser diplomados e serão empossados lá em Brasília, no Planalto Central. Não vai ter força, não vai ter fuzilamento, como vai ter para o Saddam Hussein, e ficarão no eixo Brasília-Curitiba andando de avião e o mensalão vai continuar existindo e aí a FIEP vai ter a sua conta aprovada e nós, que ficamos sem mandato porque não tínhamos o mensalão para dar para essa canalha de vereadores e suplentes que viviam mordendo todo mundo no interior, vamos ter que ficar na regra três.

Mas, olha, não é essa a última eleição que se faz dessa maneira, porque vamos ter outras ainda. Quem está pensando que está acabando, está começando o processo. O José Dirceu voltará para moralizar este País e podem ter certeza que ele vai voltar! E estava vendo, Deputado

Neivo, na hora em que V. Exa. falou tudo aquilo, sabe o que lembrei? Esse cidadão que dirige essa entidade, aquilo ali podia se fazer um currículo dele para dar um título de Cidadão Honorário do Paraná para ele. Ele já está credenciado, porque nós votamos aqui o título de Cidadão Honorário do José Dirceu.

Entrei com uma proposta para cassar o título de Cidadão Honorário, não foi cassado. Esse seu já pode dar o título de Cidadão Honorário, votar aqui o título porque é realmente uma vergonha! Uma vergonha!

Estava vendo que o Saddam Hussein não vai ser condenado à pena de morte. Mas, o Bush é capaz de ganhar a eleição para os republicanos, lá nos Estados Unidos, porque tem o petróleo e o poder de comprar a imprensa. Então, o Bush está lá agora comandando a campanha eleitoral. E eu olhava o Bush, ontem à noite, no último Jornal da Globo e estava me lembrando do Governador Roberto Requião, porque o Bush agora quer que o Jeb Bush seja candidato à Presidência dos Estados Unidos, ele já é o Governador da Flórida, e agora querem fazê-lo candidato à Presidência dos Estados Unidos da América do Norte. Certamente a África, não vão invadir. Os americanos não vão invadir a África, a menos que se descubra petróleo lá, porque enquanto a África for a pobreza que é, os americanos não têm interesse em invadir ou mexer com gente pobre que não tem bens nem reservas naturais de petróleo ou outro tipo de riqueza para ser explorada.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço o minuto, muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Horário das Lideranças: Bloco PTB/PL/PRP; PPS; PFL; PT; PSDB; PMDB; Liderança da Oposição; Liderança do Governo.

(Todas declinam)

PDT: com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero fazer uso do Horário da Liderança do PDT, Deputado Augustinho Zucchi, Deputado Luiz Carlos Martins, para prestar nesta tarde uma homenagem a um grande brasileiro. Ele que talvez entre para a história brasileira como o último exilado da ditadura que ainda vive longe da sua pátria. Refiro-me ao londrinense de 61 anos, Samuel Yuzuru Baba. Poucas publicações deram crédito a esse grande homem que enfrentou os anos de chumbo e que eu reputo como um verdadeiro herói anônimo.

Inclusive, gostaria até de relatar aqui a trajetória desse homem que nasceu em Londrina, no ano de 1945, e que logo aos onze anos de idade já era membro da antiga

JDC, a Juventude Democrática Cristã, isso em 1956. Em 1958, aos treze anos de idade, ele se envolveu em uma manifestação contra o aumento da tarifa do transporte coletivo, em Londrina, transporte público, e foi preso pela primeira vez. Aos treze anos de idade foi levado para o Cadeião da Rua Sergipe, a Casa Amarela do centro da cidade de Londrina, como era conhecida, e agredido pelos policiais com arame. Chegou em casa com as costas ensanguentadas e o duro foi explicar para a sua mãe o que tinha acontecido. Começava aí a peripécia de um brasileiro que hoje está na Suíça e que orgulha a todos nós, os políticos, porque enfrentou as botinas do regime militar. Para que as Sras. e os Srs. Deputados saibam, em 69, aos 19 anos de idade, nesta Capital, fazia Faculdade de Odontologia e era membro da UPE, a União Paranaense dos Estudantes. No ano em que os militares tomaram o poder, o sonho de Samuel Baba era fazer a revolução. Em 66 ele vai a Brasília, abandona o curso de Odontologia, ingressa no curso e Medicina da Universidade Nacional de Brasília. Entrou para a conhecida Federação dos Estudantes da UNB e esta federação era, durante todo o tempo, vigiada pelo famigerado SNI, o Serviço Nacional de Informações. Naquele tempo chegou a ser preso pelos agentes da OBAN, a Operação Bandeirantes, o órgão que centralizava as ações repressoras da ditadura, foi torturado e só foi solto dias depois, numa rua perto do Brás, em São Paulo.

Era assim uma constante na vida de Samuel Baba, de 67 a 69, foi preso outras cinco vezes, torturado, humilhado. Em 68, ano do Ato Institucional nº 5 sete líderes da UNB tiveram a prisão preventiva decretada, entre eles Samuel Baba e o Presidente Honestino Monteiro Guimarães. Baba conseguiu se esconder num latão de lixo e fugiu. Honestino não teve a mesma sorte, foi torturado, solto, até que em 73, após cinco anos de clandestinidade acabou preso no Rio de Janeiro e desapareceu, como outros cerca de quatrocentos brasileiros como Rubens Paiva, Deputado combativo do Rio de Janeiro, como nosso colega jornalista que foi morto nos porões do DOI-COD, nosso grande Wlado, Wladimir Herzog que morreu em São Paulo, quando tentaram dizer que ele, na verdade, se matou.

É importante trazer a história de Samuel Baba que conseguiu em 69 driblar a vigilância, escapou de Brasília quando o cerco se fechou contra os estudantes, e foi de trem até Uberaba, chegou a Londrina, de carona, durante um ano ficou clinicando com um nome falso numa cidade do Norte do Paraná, vizinho município de Londrina. Só que ele era epilético e as convulsões estavam aumentando, as seqüelas das torturas se agravavam cada vez mais. Não podia se tratar no Brasil por causa da perseguição que sofria, conseguiu fugir para o Chile com um passaporte emprestado de um outro japonês. Naquele mesmo ano, no Chile, ele encontrou-se com centenas de brasileiro que foram para lá, hoje políticos de expressão no nosso cenário nacional, acreditou que em 70 quando Salvador Allende, socialista, ganhou o poder, iria finalmente

implantar ali uma democracia revolucionária, o que acabou não acontecendo. Ele estava como médico no Hospital Universitário São Borja, em Santiago, a capital chilena quando, em 73, o golpe de direita de Augusto Pinochet derrubou o sonho de Samuel Baba e de tantos outros brasileiros. Foi pego no hospital, hostilizado, agredido, humilhado, levado para o Estádio Nacional que virou uma prisão.

Tive o prazer de conhecer o Estádio Nacional da Capital Santiago. Dois meses ficou preso ali naquele local, foi resgatado pela Cruz Vermelha e aí conseguiu exilar-se na Suíça, onde está até hoje.

Voltou ao Brasil no começo do mês passado mas para ficar pouco tempo. Samuel Yuzuru Baba que não voltou depois que a anistia foi decretada em nosso País, em 79. As seqüelas das torturas que ele sofreu eram tão grandes que os problemas de saúde o impediram de voltar para sua pátria e até por culpa de uma burocracia da Embaixada: o estado civil dele estava meio complicado e a Embaixada Suíça não emitiu passaportes para que ele pudesse retornar. Hoje continua lá, não se sabe se voltará ao nosso País.

Mas faço a homenagem a esse grande brasileiro na tarde de hoje, citando, por exemplo, que ele é um dos poucos que não entraram com pedido de indenização concedido pelo Ministério da Justiça para receber cerca de 150 mil reais. Isto está previsto inclusive na Constituição. E sabidamente diz ele, com uma consciência política extremamente aguçada: “não é justo receber uma indenização do governo brasileiro, porque quem vai pagar é justamente a população mais pobre.” Veja a sabedoria e o desprendimento deste homem despojado, o qual faço questão de homenagear: o último exilado da ditadura que conta como era torturado, Deputado Natálio Stica, colocavam pregos na boca dele e o ligavam a eletrodos e ali os eletro-choques eram cometidos pelos agentes da Polícia Federal e pelos militares que estavam no poder naquela época.

Um brasileiro que apesar de ser formado em medicina perdeu o prazo para se registrar no Conselho Regional de Medicina, foi prescrito, exerceu as funções lá mesmo sem ter esse reconhecimento, trabalhou como antropólogo, sociólogo, estudou e hoje está lá na Suíça. Esperamos que ele possa voltar para o Brasil.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e principalmente porque resgata a história de um patriota, resgata a história de um brasileiro que, como tantos outros teve a sua vida destrozada pelo regime ditatorial implantado em 1964 no nosso País. E que de uma forma extremamente, diria, generosa, retornou e recentemente pude pelos jornais - não o conheço - acompanhar algumas das entrevistas feitas com ele, que não queria receber sequer indenização porque isso atingiria a população mais pobre.

Parabéns pelo seu pronunciamento e acho que precisamos resgatar esse tipo de iniciativa, estas lembranças do que tivemos no Brasil.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Quero agradecer o aparte que vem contribuir com o nosso discurso nesta tarde. Porque nós políticos devemos muito àqueles militantes que enfrentaram as baionetas, que lutaram nos anos de chumbo, para que tivéssemos o livre direito de estarmos aqui, usando uma tribuna, representando a população. Gostaríamos que todos nós pudéssemos representar, ou que pelo menos da minha parte, estivesse à altura de um grande brasileiro como Samuel Baba, perseguido, torturado, humilhado, que está até hoje longe da sua terra natal, que foi privado do convívio com os seus familiares, com seus amigos e que de forma despojada se nega a receber uma indenização à qual ele tem direito, e numa atitude realmente louvável ele não gostaria de receber. Como tantos outros que merecem receber e cumprimos o Governo por ter tentado reparar, pelo menos de forma pecuniária, o prejuízo moral e físico que tiveram. É o pronunciamento que fazemos na tarde de hoje.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, comunicando à Comissão Executiva desta Casa, sua ausência no último dia 01 de novembro, onde participou de evento organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no município de Francisco Beltrão, representando a Comissão de Agricultura. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final (Proposições)

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - das Proposições nºs 026 e 029/06, Reforma à Constituição Estadual, de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos e Nelson Justus, que altera os

incisos XIII e XIX do artigo 54, o parágrafo 2º, do artigo 59, e insere parágrafo único no artigo 71, da Constituição do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL
NºS 026 E 029/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O inciso XIII do artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná passará a vigor com a seguinte redação:

“XIII - aprovar, por maioria absoluta, a exoneração de ofício do Procurador-Geral de Justiça, antes do término de seu mandato, na forma da lei complementar respectiva;”

Art. 2º O *caput* do inciso XIX do artigo 54 da Constituição do Estado do Paraná passará a vigor com a seguinte redação:

“XIX - aprovar, previamente, após arguição pública, a escolha.”

Art. 3º O parágrafo 2º do artigo 59 da Constituição do Estado do Paraná passará a vigor com a seguinte redação:

“§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda de mandato será decidida pela Assembléia Legislativa, pela maioria de seus membros, mediante provocação da Mesa ou de Partido político representado na Assembléia Legislativa, assegurada ampla defesa.”

Art. 4º O parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná passará a vigor com a seguinte redação:

“§ 4º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados.”

Art. 5º O artigo 56 da Constituição do Estado do Paraná passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 56. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembléia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único. Não será permitido o voto secreto nas deliberações do processo legislativo.”

Art. 6º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.10.06.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 030/06, Reforma à Constituição Estadual, de autoria do Deputado Nelson Justus, que insere parágrafo 5º, no artigo 207, da Constituição Estadual. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 030/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 207 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigor com o seguinte parágrafo 5º:

“§ 5º É vedado o fornecimento de “habite-se”, por parte dos municípios;

I - sem a comprovação de existência de fossa séptica para os imóveis não assistidos por rede coletora de esgoto;

II - sem a certidão da responsável pela rede de coleta e afastamento de esgotos sanitários domésticos, da ligação direta na rede coletora, quando esta existir.”

Art. 2º Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.10.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 053/06. Reforma à Constituição Estadual, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/06, da nova redação ao *caput* do artigo 185 da Constituição do Estado do Paraná. (Ensino). COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

De acordo com o artigo 194 será aprovada por processo nominal que obtiverem em ambos os turnos 3/5 dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Solicito ao 1º Secretário, Natálio Stica que proceda à chamada para o voto nominal.

Os Deputados que forem favoráveis ao projeto, deverão se pronunciar com SIM. Os que forem contrários, deverão se pronunciar com NÃO.

O projeto refere-se ao aumento do percentual de 25% para 30% para investimentos na educação.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, como fui o relator do projeto, gostaria de ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Já foi votado em 1ª votação. V. Exa. poderá fazer o encaminhamento da votação.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Só no sentido de chamar a atenção da Assembléia: nós estamos votando, talvez a resolução mais importante dessa legislatura. O aumento do percentual das verbas obrigatórias anuais com educação, de 25% aplicados da receita resultante dos impostos, para 30% da receita resultante dos impostos. Isso equivale, a grosso modo, a mais um bilhão de reais por ano para o exercício de 2007 de investimentos na educação. A educação é sobejamente celebrada como a prioridade das prioridades. No entanto, o que observamos é que nem todos os governantes agem como está agindo o Governador Roberto Requião, no sentido de realmente valorizar a educação.

Essa mudança da Constituição, acaba com o atraso histórico - que é do Brasil inteiro - e resgata uma dívida do Governo do Paraná e do Brasil, com a escola pública. Se prestarmos a atenção que nos Estados Unidos, desde o momento em que o país nasceu, já havia a escola dominical funcionando nas cidades e se prestarmos atenção, a primeira escola pública do Paraná é de quase trezentos anos depois do descobrimento do Brasil. É de 1821 em Curitiba, de 1826 em Paranaguá, de 1827 em Antonina, de 1829 em Guaratuba, de 1832 na Vila Nova do Príncipe (este é o antigo nome da Lapa), de 1833 em Castro, de 1837 em Morretes e de 1840 em São José dos Pinhais, nós vamos ver que essa terra e essa Nação devem muito ainda, em investimentos, à causa da educação.

Um homem sem educação é uma caricatura de si mesmo, lembra Frederick Von Schlegel, no seu Tratado sobre a Educação; e o grande fundador da Democracia, o grande orador grego, Péricles, dizia no século V a.C. que *A Democracia é o respeito da lei e da ordem, o Governo, por consentimento do povo, o amor da Pátria, mas antes de tudo o orgulho da liberdade que nasce da educação*, porque as cidades não precisam ser governadas, as cidades precisam ser educadas.

Então, o Governador do Estado, ao propor essa alteração à Constituição do Estado, arrisca para o próximo ano e para os próximos anos, caminhar numa espécie de corda bamba do equilíbrio das finanças públicas, mas ele aposta todo o futuro do Paraná na causa da educação e é isso que estamos votando neste momento.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria de tecer considerações em relação à matéria que está sendo discutida.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Quero, primeiramente, louvar a iniciativa do Governador Requião, em enviar essa mensagem para a Assembléia Legislativa, aumentando o gasto em educação de 25% para 30%, uma mudança na nossa Constituição.

Mas é preciso fazer uma reflexão. Essa reflexão se faria com mais clareza se tivéssemos a oportunidade de

discutir as prestações de contas de 2002, 2003, 2004 e 2005, que certamente aí iremos verificar que incluindo o ensino universitário, não se chega ainda aos 25%. No Governo Lerner, eu mesmo remeti ao Ministério Público, ausência de cumprimento legal, na questão do Fundef. Certamente está sendo analisado pelo Ministério Público que não houve o investimento para atender o orçamento aprovado por essa Casa.

Então, quero aprovar a atitude do Governador, mas gostaria de ver esse tema ser colocado em prática. O discurso é muito bom, agora tomara Deus que o Governo possa cumprir essa meta e investir efetivamente os 30% em educação, que só assim encontraremos evidentemente o caminho da verdade, do crescimento e da justiça.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Quero seguir a linha de raciocínio desse grande pensador e pesquisador das causas públicas, o nosso Presidente da Comissão de Fiscalização dessa Casa, o homem que dedica parte da sua vida diariamente aqui, a ser o grande fiscal da coisa pública, que é o Deputado Neivo Beraldin.

Até acho Deputado Neivo Beraldin, que V. Exa. podia agora ser indicado para ser um dos Conselheiros do Tribunal de Contas, já que nosso Vice-Governador não deve assumir a vaga e a Assembléia Legislativa deve escolher de novo o novo Conselheiro. Quem sabe V. Exa., com essa vontade de fiscalizar, poderia ajudar a melhorar um pouco a biografia de alguns conselheiros, lá no Tribunal de Contas, para saber fazer conta, porque alguns não sabem. Não são todos, mas alguns. Mas, principalmente alguns que estão *sub-judice* inclusive lá, que deveriam respeitar aquilo que V. Exa. falou aqui, que é o constitucional da educação.

Como V. Exa. falou, durante os oito anos do Governo Jaime Lerner, o Tribunal de Contas do Estado determinou e mandou que essa Casa aprovasse as contas do então Governador, que não cumpriu os 25% da educação. Todo o ano o Tribunal dizia: "Esse ano se aprova as contas com ressalvas, mas no ano que vem não iremos permitir que aconteça isso."

Aí, no ano seguinte, as contas não chegavam a 25% de novo, e lá vinha de novo: "Contas aprovadas no mandato do Jaime Lerner". Todos os anos do Jaime Lerner, inclusive V. Exa. era um dos líderes aqui, e aprovou as contas dele sem cumprir os 25% da educação. Acredito também que até do Requião tem o primeiro ano também, porque as contas foram aprovadas em conjunto, de 2003 e 2002. Vinha de novo a determinação do Tribunal: "Esse segundo ano tem que cumprir os 25%."

Mas aí aparecia um salvador da pátria de um Conselheiro que dava o parecer que dizia: "Acho que dá, falta um pouquinho só, aprovamos". Aprovava-se com ressalva, as contas vinham para cá e se aplaudia o Governo por não ter cumprido os 25%. E assim foi em todo o Governo do Jaime Lerner, aprovaram-se as contas do Governo do Estado do Paraná sem cumprir os 25%.

Isso é quando os magnatas têm as contas do Tribunal. Quando é um peixe pequeno, quando é um Prefeito do interior, que não tem condições nenhuma, os Conselheiros reprovam as contas e escrevem o nome do Prefeito do TER que perdeu os direitos políticos que tinha. Isso acontece aqui no Tribunal de Contas do Paraná.

Sr. Presidente, vamos aumentar agora o percentual de 25% para 30%, acho que é justo, acho que quanto mais investir na educação, mas vai se pagar esses 25% que não se cumpriu lá atrás. Está se resgatando o que não foi gasto. Mas fica aqui o registro que o nosso valioso Tribunal de Contas do Estado do Paraná que tem alguns Conselheiros *sub-judice*, alguns que vem lá do tempo da ditadura e alguns que acham que Prefeito da Capital é tubarão, amigo, companheiro e tem direito a aprovar as suas contas. Enquanto que o Prefeito do interior não tem esse direito.

Para encerrar Sr. Presidente, gostaria de dizer que é muito importante subir de 25% para 30% porque vai se pagar o erro cometido pelo Tribunal de Contas do Paraná, que lá atrás não fiscalizou. Teve dois pesos e duas medidas. Os pobres dos Prefeitos do interior massacrados, julgados, pisaram os Prefeitos por qualquer coisinha, glosando contas e assim por diante. Enquanto os tubarões da Capital, os Governadores, amém! Aleluia! Jesus está chegando!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Natálio Stica**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, voto SIM à emenda que altera de 25% para 30% as verbas para educação no Estado do Paraná. É um exemplo para o Brasil.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Natálio Stica**)

(**Procede à Chamada Nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Na esperança de que o sonho seja maior que a realidade, SIM!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de deixar registrado meu voto favorável aos 30%. Mas, fico com a dúvida de que quem não cumpriu os 25% vá cumprir os 30%.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Quarenta e dois Srs. Deputados votaram.

Quarenta e dois Srs. Deputados votaram SIM.

Está Aprovada a Emenda à Constituição.

Gostaríamos de lembrar aos Srs. Líderes dos partidos: PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB para indicarem um membro partidário para a constituição da Comissão Especial de Reforma à Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 34/06, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que altera o artigo 77 da Constituição do Estado.

Gostaríamos da compreensão dos Srs. Líderes, é a primeira solicitação, o memorando já está pronto há um tempo, e solicitamos aos Srs. Líderes partidários que indiquem, para que seja instalada a referida comissão.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2353 e 2354, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2355, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2356 a 2362, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2363, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata**).

Requerimento nº 2364, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2365, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2368 a 2370, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2371, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Barbosa Neto e Neivo Beraldin, com apoio do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2372, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Barbosa Neto, Elio Rusch e Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2373, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 353, 392, 458, 490 e 494/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 026/06.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO EM SESSÃO DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2006.

Espaço Aberto
Jornal Folha de Londrina

O futuro passa pelo rio Tibagi

Paulo Henrique Martinez

A realização do segundo turno das eleições nos estados e a nacional nos faz pensar no futuro da sociedade brasileira neste início de século. O recente leilão para a construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, no rio Tibagi, contém implicações econômicas, sociais e ambientais que merecem maior atenção dos poderes públicos, sobretudo do judiciário.

Os quase dois milhões de moradores da região que será afetada com a obra, distribuída ao longo dos 550 km do curso do rio, devem expressar clara e abertamente o futuro que desejam para o rio. Quais as condições de vida e de trabalho que desejam nos 54 municípios daquela bacia. Esta área abriga expressiva diversidade biológica, perto de duas mil espécies. A diversidade cultural está presente em reservas indígenas, marcos históricos, sítios arqueológicos e paisagens, além dos núcleos urbanos de Londrina e Ponta Grossa. O poder de mobilização e da opinião pública dessas cidades, com presença atuante de órgãos públicos e da sociedade civil, não alcançou seu pleno vigor, suficiente para serem ouvidas.

Há direitos de cidadania, riquezas naturais, diversidade social e cultural sob ameaças que não são uma fatalidade, mas derivam da decisão coletiva e consciente sobre os destinos da região. Esta combinação de varieda-

des é um privilégio da bacia do Tibagi. Ela pode proporcionar um outro modelo de desenvolvimento, com o rio socialmente vivo. O desafio é fazer desta situação privilegiada um capital para gerar emprego, renda e benefícios sociais para toda a coletividade. Os anseios da sociedade devem ser atendidos.

A preservação, a recuperação e a valorização desse potencial, e não a destruição do meio ambiente e da diversidade cultural, são grandes trunfos para a economia global e competitiva do século XXI. É grande o risco de repetir nesta porção do Estado do Paraná os equívocos que, alicerçados no lucro rápido e fácil de alguns grupos econômicos, resultam em degradação das condições de vida e na ausência de empreendimentos abrangentes e duradouros para o conjunto da população. Uma perspectiva de futuro nada promissora.

É preciso saber se o Paraná vai dilapidar esse patrimônio singular, em nome de visões de desenvolvimento do passado, ou se dará um exemplo para o Brasil, com uma política de desenvolvimento regional sustentável para a bacia do rio Tibagi. Água, biodiversidade, pesquisa científica, educação ambiental, qualidade de vida, agricultura familiar, turismo, empregos, justiça social, são algumas diretrizes para a economia global e que tornam anacrônicas e prejudiciais as gigantescas e milionárias obras de infra-estrutura.

PAULO HENRIQUE MARTINEZ é Professor e Coordenador do Laboratório de História e Meio Ambiente do Departamento de História da Unesp em Assis (SP)

Publicação:

Ata de Comissão

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado André Vargas. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 350/06, de autoria da Deputada Elza Correia. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário